CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

REQUERIMENTO - RINF

REQUERIMENTO ao Senhor Prefeito Municipal solicitando esclarecimentos por parte da Secretaria de Saúde sobre problemas nos pedidos de exames e a falta de Geriatras na rede pública.

Senhor Presidente

REQUEREMOS à Mesa, ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal solicitando-lhe que, nos termos do inciso XVII do artigo 58 da Lei Orgânica do Município, envie a esta Casa de Leis as informações abaixo:

- Por que os pedidos de exames de rotina dos médicos especialistas precisam de autorização de um médico regulador?

- Qual a explicação da rejeição pelo médico regulador para pedidos de exames simples, se o mesmo não tiver relatório detalhado?

- Existe um protocolo para essas autorizações de exames?

- Qual a justificativa para a demora de até 20 dias nessas autorizações?

- Por que a rede de saúde municipal está sem especialista na área de Geriatria?

JUSTIFICAMOS o pedido ante as reclamações por parte de munícipes que tem enfrentado dificuldades para agendar e realizar exames simples de rotina e também a falta de geriatras nas redes públicas, sendo os idosos atendidos por clínicos gerais, não tendo o atendimento especializado necessário.

Email - Wagner

1) Paulo Henrique Pinto Serra - Prefeito Municipal Prefeitura Municipal de Santo André

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 9 de Fevereiro de 2021.

Assinado digitalmente por JORGE KIOMASSA KINA:07261689807
Data: 09/02/2021 11:35:24

Autenticar documento em http://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100360030003200340003A005000. Documento assinado digitalmente conforme
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

Ver. Jorge Kina
VEREADOR

Autenticar documento em http://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100360030003200340003A005000. Documento assinado digitalmente conforme
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.